

**A IA COMO AGENTE INTERATIVO NO
ENSINO DE HISTÓRIA DA DITADURA
MILITAR NO BRASIL:**
Técnicas e Possibilidades

**AI AS AN INTERACTIVE AGENT IN THE
TEACHING OF THE HISTORY OF THE
MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL:**
Techniques and Possibilities

JANAINA CARDOSO DE MELLO¹
RAFAEL SANTA ROSA CERQUEIRA²

Data em que o trabalho foi recebido: **24/09/2024**

Data em que o trabalho foi aceito: **30/10/2024**

¹ Doutora em História Social (UFRJ); Professora do DHI, PROFHISTÓRIA, PROHIS e PPGED na UFS. Bolsista de Produtividade CNPq DT-2. E-mail: janainamello.ufs@gmail.com.

² Doutorando em Educação (PPGED) pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), professor da Educação Básica em Aracaju/SE. E-mail: rafaelsr18@hotmail.com.

A IA COMO AGENTE INTERATIVO NO ENSINO DE HISTÓRIA DA DITADURA MILITAR NO BRASIL: Técnicas e Possibilidades

RESUMO

Os dispositivos de Inteligência Artificial generativa de textos têm sido usados com maior frequência por discentes e docentes desde a popularização do ChatGPT em 2022. Questões como ética e autoria têm sido pontuadas como “fragilidades da máquina”, todavia, dizem respeito aos comportamentos individuais e sociais nos usos dos dispositivos tecnológicos, revelando as “fragilidades humanas” no manejo digital. No campo da ciência histórica o ofício do professor requer um olhar problematizador não apenas do conteúdo, mas da técnica de acesso aos dados disponíveis online, envolvendo processos de identificação, seleção, análise crítica e decisão das informações. Do mesmo modo que os livros didáticos, filmes e jornais, os *chatbots* emergem como instrumentos para o desenvolvimento da criatividade, autonomia e interatividade. Sua problematização é necessária, bem como os princípios decisórios humanos que regem seu manuseio. Por isso, o artigo traz a prática contextualizada de uso do ChatGPT na criação de uma *storytelling* sobre o período da ditadura civil-militar, a partir de 1968, tendo como protagonistas um historiador e um ex-guerrilheiro enquanto ponto de partida para o ensino-aprendizado do tema. O artigo objetiva continuar o experimento do historiador Julio Benvivoglio (2023) a partir de uma configuração dialógica distinta em que a ficção e a realidade contextual estejam imiscuídas para a apreensão da história. Para tanto, fundamenta-se em pesquisas sobre IA, Machine Learning, e em Educação a partir de tecnologias digitais e leituras da ditadura civil-militar.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar. Inteligência Artificial. Storytelling. ChatGPT.

AI AS AN INTERACTIVE AGENT IN THE TEACHING OF THE HISTORY OF THE MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL: Techniques, Possibilities, and Evaluation

ABSTRACT

The generative Artificial Intelligence devices for text have been increasingly used by students and teachers since the popularization of ChatGPT in 2022. Issues such as ethics and authorship have been pointed out as “machine weaknesses”. However, they pertain to individual and social behaviors in the use of technological devices, revealing “human weaknesses” in digital handling. In the field of historical science, the teacher’s craft requires a critical perspective not only on the content but also on the techniques for accessing data available online, involving processes of identification, selection, critical analysis, and decision-making regarding information. Just like textbooks, films, and newspapers, chatbots emerge as tools for developing creativity, autonomy, and interactivity. Their critical evaluation is necessary, as are the human decision-making principles that govern their use. Therefore, this article presents a contextualized practice of using ChatGPT to create a storytelling about the period of the civil-military dictatorship, starting in 1968, featuring a historian and a former guerrilla fighter as protagonists, as a starting point for teaching and learning about the topic. The article aims to extend the experiment conducted by historian Julio Bentivoglio (2023), building on a distinct dialogical configuration in which fiction and contextual reality are intertwined to enable the comprehension of history. To this end, it draws on research on AI, Machine Learning, and education through digital technologies, as well as studies on the civil-military dictatorship.

Keywords: Civil-Military Dictatorship. Artificial Intelligence. Storytelling. ChatGPT.

INTRODUÇÃO

Em 17 de fevereiro de 2023, o historiador Julio Bentivoglio, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), realizou uma entrevista no portal OpenAI com o ChatGPT sobre Teoria da História. Perguntas e respostas entre o pesquisador e o *Chatbot* foram registradas, transcritas e analisadas no artigo da *Revista de Teoria da História*, v. 26, n. 1, p. 316–335, em 27 de julho de 2023.

Bentivoglio (2023) utilizou o dispositivo generativo de linguagem textual, de forma prática para, a partir de seus resultados, avaliar as respostas em suas fragilidades e potencialidades no ofício do historiador. Verificou uma fundamentação centrada na experiência anglo-saxã, bem como explicações simplórias e generalistas. Salientou que as respostas do *Chatbot* às perguntas não exploraram a conexão e a contiguidade entre o passado e o presente, quer em fenômenos ou estruturas de longa duração, quer em passados-presentes, tanto em eventos traumáticos quanto em fenômenos sobre a história do tempo presente. Mas, apontou algumas boas respostas, mesmo sendo o teor majoritário da análise uma crítica aos dados da pesquisa algorítmica estatística.

Na contextualização, o desenvolvimento técnico da IA obteve uma notável evolução desde 1950, quando Alan Turing questionou pela primeira vez se as máquinas poderiam pensar. O termo IA foi formalizado em 1956 e, a partir daí, a área evoluiu com a IA simbólica, em que os sistemas baseados em lógica eram construídos por humanos, até enfrentar o “inverno da IA” nos anos 1970. Na década de 1990, o marco foi o Deep Blue, o computador que jogava xadrez. Desde 2011, os avanços no aprendizado de máquina (*Machine Learning* – ML), utilizando abordagens estatísticas, têm ampliado a capacidade das máquinas de realizar previsões com base em dados históricos. A consolidação de uma técnica de modelagem de ML, as “redes neurais”, aliada à disponibilidade de grandes volumes de dados e ao aumento do poder computacional, tem impulsionado significativamente o desenvolvimento da Inteligência Artificial – IA (OECD, 2019, p. 15).

O uso de *Chatbot* se relaciona ao desenvolvimento tecnológico desde a primeira metade de 1900 do século XX, com uma virada de chave importante em 2010 e outra em 2020 (fig. 1), com maior sofisticação de equipamentos e processos digitais,

armazenamento de grandes volumes informacionais que podem ser acessados *online* (em nuvens) e maior capacidade de programação de algoritmos nos ambientes de redes neurais e ML possibilitando a popularização da IA.

Fig. 1: Linha do Tempo

1900 - Era do sistema de tabulação

Dispositivos mecânicos auxiliavam na organização de dados e, por exemplo, na realização de cálculos para fins de avaliação de desempenho de vendas de funcionários. Ex. Máquina de tabulação Hollerith.

2010 - Era dos Sistemas da era cognitiva

Os sistemas cognitivos são sistemas de computador que têm capacidade de emular o cérebro humano. Ex. Carros autônomos, *chatbots*, agentes virtuais, etc.



1950 - Era do sistema programável

Sistemas programáveis possibilitaram a exploração espacial e o desenvolvimento da internet. Esta era continuará indefinidamente e sustentará a era da computação em que estamos agora. Por exemplo, desktops Windows/sistemas ERP.

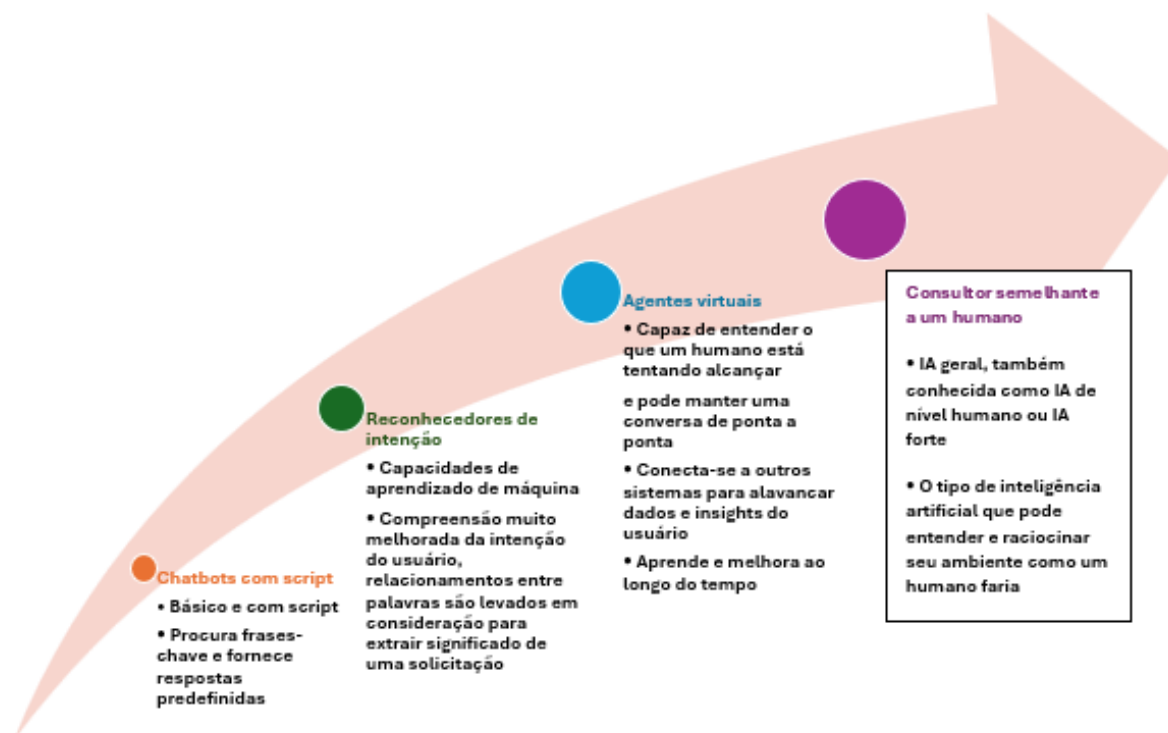
2020 - Era da Inteligência amplificada

Os sistemas futuros serão capazes de imitar a inteligência humana e replicar completamente as interações humanas.

Fonte: Adaptação de Deloitte Digital, 2018, p. 8.

A era da Inteligência amplificada, ou era cognitiva, encontrou nas tecnologias de *Big data* associadas à computação cognitiva a viabilidade na extração de *insights* de dados que antes não eram usados e agora podem ser selecionados, processados e rotulados para o acesso mais amplo da coletividade em várias partes do mundo via *internet* (Deloitte Digital, 2018, p. 8).

Fig. 2: Evolução das funcionalidades do Chatbot



Fonte: Adaptação de Deloitte Digital, 2018, p. 12.

Um *Chatbot* pode ser simples como uma correspondência básica de padrões com uma resposta, ou pode ser uma combinação sofisticada de técnicas de inteligência artificial com rastreamento complexo de estado de conversação e integração em serviços existentes. Do *script* básico, perpassando pelo aprendizado de máquina, almejando chegar à IA geral (fig. 2).

O ChatGPT, entretanto, com seu sistema avançado de aprendizagem, denominado GPT3, trouxe uma comunicação mais natural, fluida e rápida. Ele é capaz de elaborar respostas longas combinando informações variadas de forma mais criativa. Ou seja, ele não recorta textos ou frases – como se os plagiasse –; segundo seus criadores, ele aprende e aperfeiçoa suas respostas cada vez mais, criando uma versão própria sobre assuntos variados. Lançado como protótipo em 30 de novembro de 2022, tornou-se desde então uma sensação pela qualidade de suas respostas, gerando um amplo debate sobre seus usos, riscos e repercussão (Bentivoglio, 2023, p. 316).

Neste percurso, a disseminação do ChatGPT permitiu ao público mais amplo gerar respostas e dados combinados a partir de conteúdos sistematizados. Prova disso é o artigo

“*Comparison of Answers between ChatGPT and Human Dieticians to Common Nutrition Questions*” (Kirk; Eijnatten; Camps, 2023), que enveredou pela investigação da capacidade do ChatGPT de responder perguntas comuns sobre nutrição. Surpreendentemente, as respostas do *Chatbot* sugerem que “o ChatGPT foi geralmente melhor em responder a perguntas sobre nutrição do que os nutricionistas humanos”.

Na ciência histórica há resistências e reservas ao uso dos recursos de IA generativos de texto e imagem, principalmente quanto aos princípios éticos de vieses, erros, superficialidade e direitos autorais. Em termos educacionais, o uso de IA tem preocupado os professores de várias áreas, níveis e instituições em diversas geografias ao ponto de ser temido, criticado ou proibido. Cabe refletir sobre as indagações dos pesquisadores Pimentel e Carvalho (2024, p. 195):

[...] um texto gerado computacionalmente é de autoria da tecnologia de IAGen utilizada, ou é de autoria da pessoa que demandou a sua geração, ou é o resultado de uma parceria humano-IA? Dependendo da resposta que damos para essa questão fundamental, iremos compreender a IAGen como uma inimiga a ser combatida na educação ou como uma aliada dos processos de aprendizagem-ensino. Ou seria ameaça e potência ao mesmo tempo?

As visões mais comuns sobre as Tecnologias Digitais (TD) costumam exagerar tanto nas promessas quanto nos riscos, pois computadores e internet não são soluções instantâneas para currículos desatualizados, nem substitutos para métodos tradicionais de ensino. O foco não deve estar na tecnologia em si, mas nas condições que influenciam sua apropriação, promovendo um aumento significativo no sentido e na qualidade da educação (Moreira; Schlemmer, 2020, p. 6).

Acredita-se que a máquina, longe de substituir o professor, é mais um instrumento tecnológico com elementos favoráveis e questionáveis que deve ser levado pelos docentes aos discentes com propostas informativas/formativas, favorecendo o desenvolvimento de indagações, problematização das respostas, verificação de preconceitos, equívocos e fragilidades no conteúdo, bem como adição de referências aos dados incompletos.

Isso engloba a busca pela resolução de problemas, letramento digital, aprendizagem experiencial e criatividade relacionadas à exploração das habilidades do pensamento computacional (Paniagua; Istance, 2018, p. 102).

Desse modo, o objetivo do texto pretende dar continuidade ao experimento do historiador Julio Benvivoglio (2023), com o propósito de gerar uma entrevista temática

direcionada semiestruturada com o ChatGPT, na construção de um roteiro temático dialógico entre um historiador e um ex-guerrilheiro, sobrevivente do período de intensa perseguição e violência do regime civil-militar brasileiro, em 1968, momento do Ato Institucional nº 5.

A metodologia de caráter qualitativo segue os princípios da Análise de Discurso (AD), na linha francesa, considerando a sociedade, o sujeito, a história e as condições em que o discurso foi produzido (Santos; Oliveira; Saad, 2021, p. 86).

A DITADURA CIVIL-MILITAR NO REPERTÓRIO DO CHATGPT

A interação com o ChatGPT e dispositivos generativos de linguagem natural decorre da elaboração de “*prompts*” (comandos) detalhados. Nesse sentido, foi introduzido o comando “Simule uma conversa (diálogo) entre um historiador, entrevistando um ex-guerrilheiro que foi preso e torturado durante o período do AI-5 na ditadura militar brasileira, mas conseguiu sobreviver e foi para o exílio em outro país onde a democracia era uma garantia para todos os cidadãos”. Segue o texto transcrito exatamente como elaborado pela máquina:

Historiador: Muito obrigado por aceitar conversar comigo. Eu sei que revisitar esse período da sua vida não é fácil, mas acredito que sua história seja fundamental para entendermos os impactos da ditadura militar no Brasil, especialmente após o AI-5. Para começar, poderia nos contar como foi sua entrada na guerrilha e o que o motivou a lutar contra o regime?

Ex-guerrilheiro: Claro. Eu era jovem, cheio de sonhos de liberdade e justiça. Estávamos em 1968, o país estava em ebulição, e o AI-5 foi o estopim. A repressão era brutal, os direitos civis desaparecendo... Eu não podia ficar de braços cruzados. Acreditei que a luta armada era a única saída para derrubar a ditadura. Entrei para a guerrilha por esse motivo, mas sabíamos que era um caminho sem volta.

Historiador: Quais as principais ações realizadas no período em que esteve na guerrilha?

Ex-guerrilheiro: Fizemos algumas ações de sabotagem, distribuição de panfletos clandestinos e expropriações para financiar nossas operações. Mas sempre enfrentamos muitas dificuldades, tanto pela repressão implacável quanto pela falta de apoio de parte da população. O governo estava bem-preparado para nos combater. Com o tempo, muitos de nós foram capturados, mortos ou desapareceram.

Historiador: E, em relação à sua prisão... Como aconteceu? Você foi vítima da tortura, certo?

Ex-guerrilheiro: Sim... Fui capturado em 1971, numa emboscada. Nós já estávamos sendo monitorados há algum tempo, mas não sabíamos. Quando fui preso, sabia que o pior estava por vir. Os primeiros dias foram os mais difíceis. Eles queriam informações, nomes, localizações de outros companheiros. A tortura foi impiedosa...

Choques elétricos, pau-de-arara, afogamento. Tentavam nos quebrar, física e psicologicamente.

Historiador: Você conseguiu suportar tudo isso... Como foi possível manter-se firme?

Ex-guerrilheiro: Não foi fácil. Em alguns momentos, pensei que não sobreviveria. A tortura nos destrói por dentro. Mas havia algo em mim que me fazia resistir. Pensava nos companheiros que estavam soltos, no nosso sonho de um Brasil livre. E, claro, o medo de que, se eu cedesse, mais pessoas poderiam ser capturadas e sofrer o que eu estava sofrendo. A resistência mental era o que me mantinha vivo.

Historiador: E depois, como você conseguiu sair da prisão e ir para o exílio?

Ex-guerrilheiro: Depois de meses de tortura e de ser mantido preso sem julgamento, fui solto em um acordo de troca de prisioneiros. O governo militar precisava manter uma aparência de “civilidade” diante da pressão internacional. Tive sorte. Muitos companheiros nunca tiveram essa chance. Saí direto para o exílio. Primeiro fui para o Chile, mas depois, com o golpe de Pinochet, tive que sair de lá também. Acabei na França, onde o governo me deu asilo.

Historiador: Como foi sua vida no exílio? Conseguiu reconstruir sua vida em um ambiente democrático, longe das perseguições?

Ex-guerrilheiro: O exílio é uma experiência paradoxal. Por um lado, havia alívio por estar longe da repressão, por não ter que olhar por cima do ombro o tempo todo. Mas, por outro, é doloroso estar longe do seu país, da sua cultura, dos seus amigos. Na França, pude viver em paz, mas sempre com uma sensação de incompletude. Continuei militando, participando de movimentos internacionais pela democracia no Brasil. Só voltei ao país após a anistia.

Historiador: E como foi retornar ao Brasil depois de tantos anos no exílio?

Ex-guerrilheiro: Foi um misto de alegria e tristeza. O Brasil que encontrei não era o que sonhávamos. A ditadura estava terminando, mas ainda havia muitas feridas abertas. O processo de redemocratização foi lento, e muitos torturadores e responsáveis pelos crimes da ditadura nunca foram punidos. Apesar disso, o retorno me deu forças para continuar lutando pela verdade e pela justiça.

Historiador: Hoje, olhando para trás, como você avalia aquele período e sua participação na resistência?

Ex-guerrilheiro: Eu sei que cometemos erros, e que a luta armada trouxe consequências pesadas. Mas, na época, era o que acreditávamos ser necessário. Não havia diálogo possível com o regime. Eles matavam, torturavam e silenciavam qualquer oposição. Eu ainda carrego as cicatrizes, tanto no corpo quanto na alma, mas não me arrependo de ter lutado pelo que acreditava. O Brasil precisa lembrar o que foi a ditadura, para que nunca mais voltemos a esse caminho. A memória é uma arma poderosa. Se esquecermos, estaremos condenados a repetir os mesmos erros. O Brasil precisa olhar para o passado, reconhecer suas dores e, só assim, poderá seguir em frente de forma justa e democrática.

Historiador: Acredito que um dos pontos mais sensíveis do pós-ditadura é a questão da impunidade dos torturadores e dos responsáveis pelos crimes cometidos pelo Estado. Como você se sente em relação à Lei da Anistia, que beneficiou tanto presos políticos quanto os agentes do regime?

Ex-guerrilheiro: Essa é uma ferida que nunca cicatrizou para nós que vivemos na pele o terror da ditadura. A Lei da Anistia foi um alívio momentâneo, porque nos permitiu voltar ao país, mas foi uma anistia que, de certa forma, silenciou a justiça. Os torturadores e assassinos que agiram com a legitimidade do Estado não foram responsabilizados, e isso sempre me incomodou. Eles continuaram a viver suas vidas tranquilamente, enquanto nós, as vítimas, carregamos os traumas. A verdade sem justiça deixa um vazio enorme.

Historiador: Você acha que a Comissão Nacional da Verdade, criada em 2011, foi suficiente para dar visibilidade a esses crimes? Ou acha que ainda falta mais para que a justiça seja feita?

Ex-guerrilheiro: A Comissão da Verdade foi um avanço. Ela trouxe à luz muitas informações sobre os crimes da ditadura, revelou documentos, deu voz a vítimas e familiares. Mas, infelizmente, a comissão não tinha o poder de punição, apenas de revelação. O que precisamos no Brasil é de um movimento mais forte em direção à justiça. Em outros países da América Latina, como a Argentina, muitos responsáveis foram julgados e condenados. Aqui, não houve essa responsabilização. A Comissão da Verdade foi o primeiro passo, mas ainda falta muito.

Historiador: Entendo. Muitos dizem que a ditadura deixou marcas profundas nas instituições brasileiras. Você acredita que ainda há reflexos desse período nas forças armadas ou na política nacional?

Ex-guerrilheiro: Sem dúvida. A ditadura militar moldou muitas das estruturas de poder que ainda vemos hoje. As forças armadas, por exemplo, nunca foram totalmente reformadas ou submetidas ao controle civil como deveria ter acontecido após a redemocratização. Muitos oficiais que estavam no poder durante a ditadura permaneceram em posições influentes. Além disso, a cultura de violência policial e repressão aos movimentos sociais, que vemos até hoje, é um legado direto daquele período. E na política, vemos que alguns grupos conservadores ainda usam o medo do “perigo vermelho” como justificativa para discursos autoritários.

Historiador: Isso nos leva a pensar na polarização política que vivemos hoje. Você acredita que a memória da ditadura ainda influencia as divisões ideológicas no Brasil atual?

Ex-guerrilheiro: Com certeza. O trauma da ditadura nunca foi resolvido, nunca houve uma verdadeira reconciliação nacional. E a falta de punição dos responsáveis, junto com o negacionismo de setores da sociedade, alimenta essa polarização. Há pessoas que ainda acreditam que o regime militar foi um “mal necessário” ou até mesmo uma época gloriosa. Isso cria divisões profundas, porque muitos de nós que lutamos contra o regime sabemos o preço que foi pago em vidas e direitos. Enquanto o Brasil não encarar seu passado de frente, essa divisão continuará.

Historiador: Você mencionou o negacionismo. Como você lida com pessoas, especialmente mais jovens, que minimizam ou até negam os horrores da ditadura?

Ex-guerrilheiro: É triste, para dizer o mínimo. Ver jovens que não viveram aquele período idolatrando figuras da ditadura ou acreditando em versões distorcidas dos fatos é devastador. Isso mostra a falha no nosso sistema educacional, que não conseguiu ensinar devidamente o que aconteceu durante aqueles anos. A história foi, muitas vezes, ocultada ou suavizada. Eu faço o que posso, contando minha história e tentando manter viva a memória do que aconteceu, mas o Estado deveria ter um papel mais ativo nesse processo de conscientização.

Historiador: Se você pudesse deixar uma mensagem para essa nova geração, que está crescendo em um Brasil democrático, o que diria a eles?

Ex-guerrilheiro: Diria para nunca subestimarem o valor da democracia. Ela pode parecer frágil às vezes, cheia de falhas e contradições, mas é a única garantia de liberdade que temos. A ditadura foi um tempo sombrio, onde as pessoas desapareciam da noite para o dia, onde você não podia confiar em ninguém, nem mesmo em amigos ou familiares. Se há uma coisa que a história nos ensina, é que regimes autoritários começam devagar, minando a liberdade aos poucos, até que, de

repente, não resta mais nenhuma. Então, diria aos jovens: estudem a história, aprendam com o passado e lutem todos os dias para preservar a democracia.³

Historiador: Uma mensagem poderosa. Gostaria de perguntar: agora, tantos anos depois, o que significa para você a palavra “resistência”?

Ex-guerrilheiro: Resistência, para mim, é sobreviver quando tudo parece impossível. É não se dobrar, mesmo sob as piores pressões. É preservar a humanidade em um contexto desumano. A resistência não acaba quando o regime cai; ela continua, em todas as formas de luta por justiça, memória e verdade. No fim das contas, a resistência é também uma forma de esperança — esperança de que um futuro melhor é possível, desde que a gente nunca pare de lutar por ele.

A elaboração do diálogo evoca o sistema de repressão instaurado a partir de 1964 e intensificado em dezembro de 1968, com suas prisões arbitrárias, torturas e desaparecimentos. O “pau-de-arara”, método de tortura amplamente utilizado nos porões da ditadura, tornou-se emblemático dos anos de chumbo, a tal ponto que se converteu em símbolo do movimento Tortura Nunca Mais (Oliveira, 2011, p. 10). O ChatGPT definiu 1971 como o ano da prisão do guerrilheiro e, por conseguinte, de seus sofrimentos sob o mando dos militares.

Mantendo-se na temática, propôs-se um comando sobre a contemporaneidade: “Continue a conversa abordando o governo de Jair Bolsonaro e os impactos deste nos discursos pró-ditadura militar na sociedade brasileira”. Essa instrução foi respondida da seguinte forma:

Historiador: Gostaria de trazer a conversa para um tema mais recente. Nos últimos anos, vimos o governo de Jair Bolsonaro reavivar certos discursos pró-ditadura militar. Como você enxerga esse fenômeno? Qual o impacto que isso teve na sociedade brasileira?

Ex-guerrilheiro: Foi um período muito preocupante para quem, como eu, viveu os horrores da ditadura. Bolsonaro, desde os tempos em que era deputado, sempre fez apologia ao regime militar. Ele defendeu abertamente torturadores como o coronel Brilhante Ustra, um dos responsáveis por práticas desumanas durante a repressão. Quando ele foi eleito presidente, muitos de nós já sabíamos que esses discursos autoritários ganhariam força. E foi exatamente o que aconteceu. O governo dele deu voz e legitimidade a grupos que sempre flertaram com o autoritarismo. De repente, vimos jovens exaltando o período militar como uma “solução” para os problemas do Brasil, sem entender o que aquilo significava na prática. As falas de Bolsonaro e de membros do seu governo trivializaram a violência de Estado e a perseguição política, o que alimentou um clima de divisão e ódio.

Historiador: Durante o governo dele, houve uma tentativa clara de reescrever a história. O que você acha que motivou esse revisionismo, essa tentativa de pintar a ditadura como um período positivo?

³ Toda a parte referente à entrevista (perguntas e respostas entre o Historiador e o Ex-guerrilheiro) correspondem ao texto transcrito exatamente como criado pela máquina (ChatGPT), sem intervenções manuais.

Ex-guerrilheiro: Isso é parte de uma estratégia política. Bolsonaro e seus aliados perceberam que havia um nicho dentro do Brasil, formado principalmente por setores mais conservadores, que sentiam nostalgia ou saudade de uma “ordem” que a ditadura supostamente representava. Essas pessoas acreditam que o regime militar trouxe segurança e estabilidade — ignorando o fato de que isso foi feito às custas de violência extrema, censura e perda de direitos. Ao reescrever a história, apresentando a ditadura como um “período de prosperidade”, o governo Bolsonaro buscava consolidar uma base de apoio entre aqueles que desejam soluções simplistas para problemas complexos. Eles se aproveitam do medo da criminalidade, da corrupção e do caos político para justificar discursos autoritários. Essa reinterpretação da história é perigosa porque diminui as atrocidades que foram cometidas e desrespeita a memória de quem lutou — e morreu — pela democracia.

Historiador: É o que você acha do impacto dessas ideias sobre as novas gerações? Vimos um aumento no apoio ao autoritarismo entre jovens, muitas vezes baseados nessas narrativas de que a ditadura foi positiva.

Ex-guerrilheiro: Isso me assusta profundamente. As novas gerações estão sendo bombardeadas por desinformação. Com a ascensão das redes sociais, muitas dessas narrativas revisionistas se espalham rapidamente, sem que haja um contraponto adequado. Jovens que não viveram a ditadura, e que não aprenderam sobre ela nas escolas de maneira completa, podem ser facilmente influenciados por esses discursos. Essa falta de educação histórica cria um terreno fértil para que eles idealizem o passado, vendo a ditadura como uma solução rápida para problemas que eles enfrentam hoje. É aí que está o perigo: um jovem que não conhece as consequências reais de um regime autoritário pode acabar defendendo ideias que comprometem a própria liberdade e a democracia.

Historiador: Durante o governo Bolsonaro, houve também uma retórica constante de ataque às instituições democráticas, como o Supremo Tribunal Federal e o Congresso. Você vê isso como uma continuação dos mesmos padrões autoritários da ditadura?

Ex-guerrilheiro: Absolutamente. O ataque às instituições democráticas é uma tática clássica do autoritarismo. Foi exatamente isso que vimos na ditadura: a dissolução do Congresso, o fechamento de partidos, o controle sobre o Judiciário. Durante o governo Bolsonaro, ele constantemente deslegitimava o STF, criticava o Congresso quando não atendia aos seus interesses, e flertava com a ideia de governar sem esses “obstáculos”. Isso é muito perigoso, porque enfraquece a confiança da população nas instituições que deveriam proteger a democracia. Bolsonaro usou essa estratégia para criar uma narrativa de que ele, e apenas ele, era o verdadeiro defensor do Brasil. Qualquer instituição que o contrariasse ou bloqueasse seus desejos era considerada “corrupta” ou “inimiga da nação”. Essa polarização entre “nós contra eles” foi uma das marcas do governo dele, e isso tem raízes diretas no discurso autoritário da ditadura.

Historiador: Você acha que o apoio que Bolsonaro teve entre parte das Forças Armadas reflete uma nostalgia das elites militares pelo poder ou uma resistência a se submeterem ao controle civil completo?

Ex-guerrilheiro: Sem dúvida, há uma parcela significativa das Forças Armadas que nunca aceitou plenamente a subordinação ao poder civil após a redemocratização. Muitos oficiais foram formados durante a ditadura ou por instrutores que viveram aquele período. Então, há uma herança institucional, uma cultura de que as Forças Armadas são os “guardiões” da nação, o que inclui intervir quando julgarem necessário. Bolsonaro, ao trazer tantos militares para o governo, alimentou essa nostalgia pelo poder. Ele soube explorar esse sentimento, oferecendo prestígio e cargos estratégicos a membros das Forças Armadas. Essa proximidade entre

militares e o governo civil durante o mandato dele não é um bom sinal para a democracia. As Forças Armadas deveriam estar subordinadas ao poder civil, não atuando como um braço político.

Historiador: Você acredita que esse flerte com o autoritarismo e os discursos pró-ditadura ainda são uma ameaça real à democracia no Brasil?

Ex-guerrilheiro: Sim, sem dúvida. A democracia não é uma garantia, é algo que precisa ser defendido diariamente. O que vimos no governo Bolsonaro foi uma erosão sistemática de valores democráticos: ataques à imprensa, desinformação em massa, questionamento dos resultados eleitorais e tentativas de enfraquecer as instituições que nos protegem. Mesmo com o fim do governo dele, esses discursos continuam presentes, e muitas pessoas seguem acreditando que a solução para o Brasil está em um regime de força. A ameaça à democracia nunca desaparece completamente, especialmente em países com uma história recente de autoritarismo, como o Brasil. Temos que estar sempre vigilantes e garantir que as lições do passado não sejam esquecidas. Porque a democracia é frágil, e basta uma crise política ou econômica para que ideias autoritárias voltem a ganhar força.

Historiador: Então, olhando para o futuro, como podemos garantir que esses discursos pró-ditadura percam força e que a memória da ditadura seja preservada de forma justa?

Ex-guerrilheiro: O caminho é a educação e a verdade. Precisamos fortalecer o ensino da história recente do Brasil nas escolas, não só com os fatos, mas com relatos pessoais, com as vozes das vítimas, com as provas das atrocidades cometidas. Isso cria empatia e consciência. Além disso, o trabalho de preservação da memória, como os museus, comissões da verdade e iniciativas de direitos humanos, precisa ser apoiado e expandido. A sociedade civil também tem um papel crucial. As pessoas precisam entender que a democracia não é só uma palavra bonita, é um modo de vida que requer engajamento. Todos nós somos responsáveis por protegê-la. O silêncio diante de discursos autoritários é perigoso. É necessário resistir, denunciar, protestar e, sobretudo, lembrar. Porque a memória é o melhor antídoto contra o autoritarismo.

A nova configuração política, simbolizada pela ascensão de Bolsonaro e pelo fortalecimento da extrema-direita, representa um retorno discursivo ao passado ditatorial, mas de uma forma radicalmente nova. Isso reflete a adesão de uma parte da sociedade brasileira à defesa explícita do uso da tortura e da eliminação de opositores e indivíduos considerados socialmente indesejáveis como uma forma legítima de fazer política (Joffily; FARIA; FRANCO, 2023, p. 4; 6). O ChatGPT articulou bem os dados do tempo recente na abordagem crítica ao governo presidencial iniciado em 2019, mas com raízes ideológicas mais remotas.

Por fim, um último comando foi dado “Continue a conversa abordando os trabalhos de Daniel Aarão Reis, Rodrigo Pato Sá Motta, Carlos Fico, Janaina Martins Cordeiro, Jorge Ferreira, Angela de Castro Gomes e Demian Bezerra de Melo que tratam da História e da historiografia da ditadura militar no Brasil” para observar a ação da máquina com a referência de pesquisadores do tema, obtendo-se a seguinte resposta:

Historiador: Outro ponto importante que queria abordar são os trabalhos de historiadores renomados que têm contribuído para a compreensão mais aprofundada da ditadura militar no Brasil. Pensando em nomes como Daniel Aarão Reis, Rodrigo Pato Sá Motta, Carlos Fico, Janaina Martins Cordeiro, Jorge Ferreira, Angela de Castro Gomes e Demian Bezerra de Melo, como você vê a contribuição dessas pesquisas para a historiografia desse período?

Ex-guerrilheiro: Esses historiadores têm sido fundamentais para ampliar nossa compreensão da ditadura militar e suas múltiplas facetas. O trabalho de cada um traz novas perspectivas e nuances que ajudam a desmontar as simplificações que vemos em discursos pró-ditadura e até em alguns livros didáticos mais antigos. Por exemplo, Daniel Aarão Reis tem uma abordagem crítica e aberta à multiplicidade de interpretações sobre a ditadura, sem cair na armadilha de romantizar a resistência ou suavizar a repressão. Seu trabalho questiona as narrativas mais consolidadas e oferece uma visão mais ampla sobre o golpe de 1964 e o regime que se seguiu, destacando como diferentes setores da sociedade se alinharam com o regime e como a resistência foi complexa e diversa. Ele trata da relação entre as esquerdas e o governo militar de maneira bem aprofundada, o que é essencial para entender como diferentes movimentos tentaram reagir à ditadura.

Historiador: E o Rodrigo Pato Sá Motta? Ele tem se destacado por explorar as relações entre os militares e os civis que apoiaram o regime. Você vê isso como uma contribuição importante para a historiografia sobre a ditadura?

Ex-guerrilheiro: Absolutamente. Rodrigo Pato Sá Motta trouxe uma contribuição valiosa ao destacar que a ditadura não foi apenas um regime militar. Ele enfatiza a colaboração ativa de civis com o regime, algo que muitas vezes é esquecido. Essa abordagem nos faz ver que a ditadura foi um projeto autoritário compartilhado por várias camadas da sociedade — empresários, políticos conservadores, parte da classe média — que viram no regime uma maneira de barrar o avanço das reformas sociais e políticas que temiam. Ele desconstrói a ideia de que o regime militar foi uma imposição externa à sociedade civil. Ao contrário, muitos setores da sociedade deram suporte ao golpe de 1964 e à repressão que veio em seguida, porque viam nisso uma forma de proteger seus interesses. Essa visão é crucial para que possamos entender como o regime se sustentou por tanto tempo.

Historiador: E Carlos Fico? O trabalho dele tem sido notável, especialmente em relação à documentação e à questão da repressão. Como você avalia sua contribuição?

Ex-guerrilheiro: Carlos Fico tem um papel fundamental no resgate documental e no estudo dos bastidores da repressão. Ele foi um dos primeiros a trabalhar de forma sistemática com os documentos da Comissão Nacional da Verdade e outros arquivos que revelam os mecanismos do sistema repressivo da ditadura, especialmente no que diz respeito à tortura e à vigilância política. Fico também aborda a forma como o regime militar construiu sua imagem e justificou suas ações perante a sociedade, desvendando a propaganda oficial que tentava legitimar o golpe como uma "revolução democrática". Ao fazer isso, ele nos ajuda a compreender como as instituições repressivas foram desenvolvidas e operaram, e como essa violência estatal foi escondida do grande público. Isso é essencial para desmascarar as narrativas revisionistas que minimizam ou negam os abusos cometidos pelo regime.

Historiador: E quanto ao trabalho de Janaina Martins Cordeiro? Seu foco nos setores populares durante o regime militar também trouxe uma perspectiva diferente sobre como esses grupos vivenciaram a repressão.

Ex-guerrilheiro: O trabalho de Janaina Martins Cordeiro é uma adição valiosa à historiografia da ditadura, justamente porque ela explora como os setores populares

experimentaram a repressão e as políticas do regime. Tradicionalmente, o foco dos estudos sobre a ditadura esteve mais voltado para as elites políticas e intelectuais, ou para os militantes de esquerda que atuavam na resistência. Janaina expande esse campo de estudo ao investigar as experiências das classes populares, mostrando como a repressão impactou suas vidas cotidianas e suas formas de organização. Ela nos lembra que a ditadura não foi vivida de maneira uniforme. Enquanto alguns setores da sociedade apoiaram ou se acomodaram ao regime, os mais pobres, trabalhadores e movimentos populares sofriam com a repressão e com a falta de liberdades. A perspectiva dela é importante para mostrar que a ditadura atingiu camadas mais amplas da população, mesmo que de maneiras diferentes.

Historiador: Isso nos leva também ao trabalho de Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, que têm se dedicado a estudar o populismo e as relações entre o Estado e os movimentos sociais antes e durante a ditadura. O que você acha que o estudo dessas relações acrescenta à compreensão desse período?

Ex-guerrilheiro: Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes trazem à tona questões essenciais sobre o populismo e as relações Estado-sociedade no período que precedeu a ditadura. O trabalho deles é fundamental para entender como o golpe de 1964 e a posterior repressão militar representaram uma reação a anos de política populista que havia incluído os trabalhadores urbanos e ruralistas em projetos nacionais de desenvolvimento. O estudo do populismo, principalmente de figuras como Getúlio Vargas e João Goulart, mostra como esses líderes buscavam o apoio popular através de políticas sociais, o que preocupava profundamente os setores mais conservadores da sociedade. Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes nos ajudam a entender como o golpe de 1964 foi uma resposta direta a essa tentativa de transformação social e política, e como o regime militar trabalhou para reverter esses avanços. Esses estudos também desconstróem a narrativa de que o golpe foi inevitável, mostrando as disputas políticas e sociais que o cercaram.

Historiador: E, finalmente, o trabalho de Demian Bezerra de Melo, que se debruça sobre as esquerdas durante o regime militar. Como você avalia sua contribuição ao entendimento da resistência ao regime?

Ex-guerrilheiro: O trabalho de Demian Bezerra de Melo é essencial para uma análise detalhada e rigorosa das diferentes correntes de esquerda que atuaram durante a ditadura. Ele trata das contradições internas e da diversidade de estratégias que marcaram a resistência ao regime. Enquanto alguns grupos defendiam a luta armada, outros apostavam em formas de resistência mais moderadas e institucionalizadas. Essa complexidade muitas vezes é esquecida quando se discute a resistência à ditadura, já que a narrativa dominante costuma simplificar esses movimentos como uma frente unida. O trabalho de Demian nos mostra que as esquerdas estavam divididas quanto à melhor maneira de combater o regime, e isso é importante para entender os sucessos e os fracassos de diferentes estratégias. Além disso, ele estuda as trajetórias das lideranças de esquerda, suas redes de apoio e a repressão que enfrentaram, o que enriquece nossa compreensão sobre o que foi resistir em um período tão difícil.

Historiador: Então, podemos dizer que o conjunto desses historiadores oferece uma visão plural e crítica sobre o regime militar, ajudando a combater as tentativas de revisionismo histórico que glorificam a ditadura?

Ex-guerrilheiro: Exatamente. Os historiadores e suas abordagens distintas são parte fundamental da resistência contra a reescrita da história. Eles trazem à luz as contradições, complexidades e impactos do regime militar de uma forma que impede a simplificação ou glorificação dos fatos. Contribuem diretamente para o fortalecimento da democracia e da memória coletiva, garantindo que as futuras

gerações possam entender a ditadura não como um período de “ordem e progresso”, mas como um tempo de opressão e luta pela liberdade.

Ao escrever sobre o “revisionismo historiográfico”, Demian Melo (2013, p. 70-71) traz uma reflexão de Eric Hobsbawm sobre o fato de que, ao olhar para o passado, todos nós escrevemos a história de nosso tempo e enfrentamos as batalhas atuais com base nesse contexto. No entanto, quem se limita a escrever apenas sobre seu próprio tempo não compreende plenamente o passado e suas consequências, podendo até distorcê-los sem querer. Por isso, a necessidade do ChatGPT ser acompanhado de perto pelos professores de História.

O revisionismo pode vir do ser humano e das máquinas por eles programadas, da precisão dos *prompts*, do que se almeja ao coligir os dados dispostos sobre o período da ditadura militar, todavia, a tecnologia, em sua sofisticação, apresentará algumas dificuldades tanto à democracia quanto ao autoritarismo.

O historiador israelense Harari (2024, p. 373-377) alerta que a IA pode inclinar o poder tecnológico em favor do totalitarismo, uma vez que o excesso de dados sobrecarrega as pessoas, torna as IAs mais eficientes. Isso pode centralizar a informação e a tomada de decisões. Antes, apenas humanos expressavam opiniões dissidentes, mas IAs poderiam ser projetadas para seguir regimes autoritários. No entanto, como as IAs aprendem e evoluem, é difícil garantir que nunca se desviem, podendo até criticar violações à liberdade de expressão. Humanos evitam apontar contradições por medo, mas como impedir um *chatbot* de expor erros? Ensinar uma IA a “esquecer” fatos incômodos, como políticas antigas de um governo, é um desafio que as ditaduras enfrentarão com o avanço das tecnologias.

O mundo objetivo, antes visto como uma realidade única e materialmente finita, transformou-se em uma realidade programável, composta de infomateriais – nem totalmente material, nem virtual. Essa nova “matéria-pixel” é informatizada, emergente e em constante transformação, adquirindo uma dimensão histórica e viva, comparável a um organismo em pleno desenvolvimento (Schlemmer; Di Felice; Serra, 2020, p. 6). Entender essa perspectiva é não se abster da escrita historiográfica do passado com a emergência das ferramentas de busca e produção textual do século XXI.

Assim, o uso do ChatGPT na escrita acadêmica levanta preocupações éticas e de integridade na comunicação científica. Por isso, é fundamental compreender os limites

dessa tecnologia para proteger a autoria e a criatividade humanas, assegurando seu uso ético. Embora os docentes tenham um conhecimento considerável sobre o ChatGPT, sua aplicação prática ainda é limitada. Apesar dos benefícios potenciais dessas tecnologias para a produção e disseminação de conhecimento, é crucial regulamentar seu uso para preservar a originalidade e autoria humanas (Rosa; Silva, 2024, pp. 122; 133).

A relação entre o ser humano e a tecnologia historicamente sempre foi delicada, marcada por interesses e influências de instituições e princípios morais, tendo a discussão da ética, procurado por comportamentos questionáveis. Porém, o uso coerente dos recursos tecnológicos oferece diversas possibilidades para auxiliar na pesquisa, na escrita e na geração de imagens, impactando positivamente a prática docente (Araújo; Santos; Chagas, 2024, pp. 140-141).

Os principais componentes dos *prompts*, como a tarefa, o contexto, o formato e os exemplos, junto com frases iniciais, desempenham um papel fundamental na orientação da geração de texto e otimização da interação com os usuários. Eles ajudam a fornecer respostas mais precisas e relevantes, sendo essenciais em uma comunicação eficiente e melhorando a experiência do usuário (França; Cuevas-Cerveró, 2024, p. 153; Boa Sorte, 2024, p. 247).

O processo de interações, questionamentos e aprofundamentos com *chatbot* de IA pode ser descrito como uma autoria híbrida. Diferente do plágio, esse processo não se limita a copiar e colar o que a IA gera, mas envolve uma participação ativa na produção do conteúdo. A cocriação com a IA não configura fraude acadêmica, mas uma oportunidade de aprimorar o trabalho e aprender por meio do uso dessa tecnologia (Pimentel; Carvalho, 2024, p. 197).

A OpenAI (2023), desenvolvedora do ChatGPT e DALL-E, define em seus “Termos de Uso” que os usuários podem fornecer “Contribuições” e receber “Resultados” gerados pelos serviços com base nessas contribuições, sendo ambos coletivamente chamados de “Conteúdo”. Os usuários são responsáveis pelo Conteúdo, assegurando a conformidade com a legislação aplicável e com os Termos. Em relação aos “direitos de titularidade”, a OpenAI estabelece que os usuários mantêm os direitos sobre suas Contribuições e possuem a titularidade dos Resultados, e a empresa cede todos os direitos ao usuário (Pimentel, Carvalho, 2024, p. 200).

Destarte, não se considera a IAGen como uma autora, pois ela não possui autonomia e, felizmente, depende do *prompt* humano para gerar textos e imagens. Entende-se que, no máximo, ela pode ser caracterizada como uma coautora, já que sempre atua em colaboração com uma pessoa (Pimentel; Carvalho, 2024, p. 201). E assim, se faz necessária a presença do ofício humano na pesquisa histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ingresso no século XXI acelerou a sofisticação tecnológica nas sociedades e, portanto, a escrita da história não passaria inalterada pela inovação contida nas ferramentas de IA generativa.

O uso do ChatGPT, na elaboração de uma *storytelling* sobre a ditadura civil-militar, permite não apenas aceder ao banco de dados com milhões de informações disponibilizadas ao processamento desses dispositivos, mas também oportuniza desenvolver habilidades de comando e problematização do teor da pesquisa realizada pela máquina. A autonomia não é apenas do *chatbot* e sim do ser humano, que é quem realiza a pesquisa, e precisa tomar decisões sobre como tratar as respostas recebidas, buscando aprofundar o conteúdo e direcionar a devolutiva para que a história seja bem referenciada sem “perder a ternura” para emocionar a geração de “nativos digitais” do presente e do futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Daniel Ferreira Barros de; SANTOS, Jose Daniel Vieira; CAHGAS, Alexandre Meneses. Inteligência Artificial generativa na educação: tecendo o futuro com fios éticos. In: PORTO, Cristiane; VASCONCELOS, Alana Danielly; LINHARES, Ronaldo. **Educiber** [recurso eletrônico]: educação e inteligência artificial: travessias. Aracaju: Edunit, 2024, pp. 138-151.

BENTIVOGLIO, Julio. Conversa sobre Teoria da História com o ChatGPT. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 316–335, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/75344>. Acesso em: 19 set. 2024.

SORTE, Paulo Boa. Elaboração de planos de aula com inteligência artificial generativa: o papel dos prompts. In: PORTO, Cristiane; VASCONCELOS, Alana Danielly; LINHARES, Ronaldo. **Educiber** [recurso eletrônico]: educação e inteligência artificial: travessias. Aracaju: Edunit, 2024, pp. 246-258.

DELOITTE DIGITAL. **Chatbots Point of View**. Netherlands: Deloitte, 2018. Disponível em: <https://www.deloitte.com/content/dam/Deloitte/nl/Documents/deloitte-analytics/deloitte-nl-chatbots-moving-beyond-the-hype.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

FRANÇA, Fabiana da Silva ; CUEVAS-CERVERÓ, Aurora. El uso de prompts para chatbots basados en inteligencia artificial generativa en la investigación científica. In: PORTO, Cristiane; VASCONCELOS, Alana Danielly; LINHARES, Ronaldo. **Educiber** [recurso eletrônico]: educação e inteligência artificial: travessias. Aracaju: Edunit, 2024, pp. 152-176.

HARARI, Yuval Noah. **Nexus**. Uma breve história das redes de informação, da Idade da Pedra à Inteligência Artificial. São Paulo: Cia das Letras, 2024.

JOFFILY, Mariana; FARIA, Daniel Barbosa Andrade de; FRANCO, Paula. A tortura reivindicada: como o bolsornarismo reencena o passado ditatorial em chave atualista. **Hist. Historiogr.**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, e2031, p. 1-28, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15848/hh.v16i41.2031>. Acesso em: 20 set. 2024.

KIRK, Daniel; EIJNATTEN, Elise van; CAMPS, Guido. Comparison of Answers between ChatGPT and Human Dieticians to Common Nutrition Questions. **Journal of Nutrition and Metabolism**, Vol. 2023, Article ID 5548684. Disponível em: <https://doi.org/10.1155/2023/5548684>. Acesso em: 20 set. 2024.

MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. **Marx e o Marxismo**, v.1, n.1, jul/dez, pp. 49-74, 2013.

MOREIRA, José Antônio; SCHLEMMER, Eliane. Por um novo conceito e paradigma de educação digital *onlife*. **Revista UFG**, Goiânia, v. 20, n. 26, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/63438>. Acesso em: 19 set. 2024.

OECD. **Artificial Intelligence in Society**. Paris: OECD Publishing, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/eedfee77-en>. Acesso em: 20 set. 2024.

OLIVEIRA, Luciano. Ditadura Militar, Tortura e História: A “vitória simbólica” dos vencidos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 26, n° 75, pp. 7-25, fevereiro/2011.

PANIAGUA, Alejandro; ISTANCE, David. Teachers as Designers of Learning Environments: The Importance of Innovative Pedagogies. **Educational Research and Innovation**. Paris: OECD Publishing, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264085374-en>. Acesso em: 19 set. 2024.

PIMENTEL, Mariano; CARVALHO, Felipe. Autoria em tempos de inteligência artificial generativa: Implicações para (re)pensar a educação. In: PORTO, Cristiane; VASCONCELOS, Alana Danielly; LINHARES, Ronaldo. **Educiber** [recurso

eletrônico]: educação e inteligência artificial: travessias. Aracaju: Edunit, 2024, pp. 193-216.

ROSA, Flávia; SILVA, Paulo Bruno Ferreira da. O uso do CHATGPT no ambiente acadêmico e a integridade na comunicação científica. In: PORTO, Cristiane; VASCONCELOS, Alana Danielly; LINHARES, Ronaldo. **Educiber** [recurso eletrônico]: educação e inteligência artificial: travessias. Aracaju: Edunit, 2024, pp. 119-139.

SANTOS, Josely Alves dos; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SAAD, Núbia dos Santos. Análise de Discurso: fundamentos e procedimentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.84-97, 2021.

SCHLEMMER, Eliane; DI FELICE, Massimo; SERRA, Ilka Márcia Ribeiro de Souza. Educação OnLIFE: a dimensão ecológica das arquiteturas digitais de aprendizagem. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e76120, pp. 1-22, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.76120>. Acesso em: 21 set. 2024.